

## **Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992)**

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA<sup>1</sup>  
VALTER PIRES PEREIRA<sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar os processos eleitorais ocorridos no Espírito Santo, entre 1982 e 1992, numa década de redemocratização, marcada pela ascensão, apogeu e declínio do PMDB. Objetiva-se, também, considerar as razões que levam o eleitorado a escolher ou rejeitar candidatos, em circunstâncias sociais permeadas pelas campanhas eleitorais que apresentam e interpretam os objetos para o público eleitor. Aventa-se a idéia de que as campanhas dialogam com o eleitorado com o objetivo de persuadi-lo a, simultaneamente, escolher determinado candidato e rejeitar os concorrentes-adversários. Nesse sentido, a explicação de um resultado eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

**Palavras-chave:** Partido Político; Campanhas Eleitorais; Política.

### **Abstract**

The propose of this article is to analyze the electoral processes in Espírito Santo, between 1982 and 1992, in other words, in the first ten years of the representative-democratic regime whose the main signal is the rise, top and decline of PMDB. We also try to discuss the reasons that lead the people to choose or reject the candidates, in social circumstance illustrated by electoral campaigns that interpret and show to the electoral public. It is relevant to say that the campaigns dialog with the people when the purpose is to persuade them to vote in determined candidate and reject his adversaries. In this sense, the result of an electoral result passes though the analysis of the debate that the campaigns have among them.

**Keywords:** Parties Politic, Electoral Campaigns; Politic.

### **Introdução**

Segundo o Professor Marcus Figueiredo (1998), em processos eleitorais, a idéia de persuadir a maioria é mais fluida que em outras circunstâncias. Para corroborar essa idéia cita o exemplo de um debate científico, no qual o orador convence a platéia com sua retórica argumentativa, seja pela dedução lógica ou pela demonstração de evidências, da verdade da sua teoria. Em um debate político, não eleitoral, cuja retórica é a da argumentação, a idéia de persuadir a maioria consiste em convencer o público de que determinada lei ou política a ser votada trará maiores benefícios que qualquer outra, independentemente das verdades lógica ou empírica que possam ser evocadas para

sustentar as alternativas em disputa. Nesse caso, “a tábua da verdade lógica cede lugar à filosofia dos princípios e dos fins e a evidência empírica cede lugar às crenças, aos valores e aos interesses dos atores na hora da decisão” (Figueiredo, 1998:5).

O parágrafo acima sugere que é possível encontrar no estudo das campanhas eleitorais as razões que levam os eleitores a escolher ou rejeitar candidatos, tendo como referência o estado geral de uma sociedade, tal como as campanhas o interpretam e apresentam para o público eleitor. Nesse sentido, aventamos a hipótese de que as campanhas dialogam com o eleitor com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e a rejeitar seus adversários. Assim, a explicação de um resultado eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

Partindo dessas considerações, o objetivo deste artigo é analisar os processos eleitorais ocorridos no Estado do Espírito Santo, entre 1982 e 1992. Trata-se de três eleições majoritárias ocorridas nos anos de 1982, 1986 e 1990, realizadas segundo legislações vigentes peculiares para cada pleito, em circunstâncias conjunturais próprias. Em virtude dos limites do presente trabalho, os pleitos municipais, ocorridos nos anos de 1982, 1988 e 1992, e as eleições proporcionais serão mencionados sem maiores aprofundamentos.

Para tanto, o artigo está dividido em três itens além desta introdução. Em primeiro lugar, partiremos para a análise da formação do sistema partidário, no Espírito Santo, no desfecho do processo de distensão lenta e gradual, ao término do regime militar, e para o primeiro pleito eleitoral decorrente desse processo, ocorrido em 1982. Em seguida, na segunda parte, serão analisadas também as eleições majoritárias realizadas a nível estadual, no ano de 1986. São dois momentos iniciais da ascensão e apogeu do PMDB. Em terceiro lugar, serão analisadas as eleições do período 1989/1992, em que se dá o ofuscamento de um partido dominante (PMDB) em circunstâncias de fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas. E por fim, são tecidos alguns apontamentos em termos de comentários finais, seguidos das referências.

### **Abertura política: novos partidos no processo eleitoral (1982)**

Visando barrar o avanço da oposição por ocasião de sistemáticas vitórias nas urnas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o governo Geisel (1974/1979),

depois de uma série de casuísmos, como a Lei Falcão e o Pacote de abril<sup>3</sup>, decretou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que extinguiu, em 1979, o bipartidarismo e provocou uma reformulação de característica pluripartidária, com a explícita intenção de dividir a frente oposicionista reunida no MDB, explorando as contradições e aguçando as divisões entre as várias correntes internas. O objetivo fundamental era destruir o MDB, que estava se tornando um partido de grandes dimensões e com histórica inserção popular.

Consideramos, por princípio, que o quadro político-partidário que floresceu no Espírito Santo, no contexto, foi reflexo daquilo que ocorreu a nível nacional. As principais agremiações também se fizeram representar em solos espírito-santenses<sup>4</sup>. Assim, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) surgiu o Partido Democrático Social (PDS) que, no novo quadro partidário, continuou sendo aquela agremiação que se posicionava naquilo que se convencionou chamar de direita do espectro político. Ao contrário dos emedebistas que trataram de assegurar a continuidade do partido, conservando o seu nome, os arenistas buscaram se desfazer de sua sigla impopular.

No contexto da criação de novos partidos, a ARENA não só mudou de nome, como também perdeu numerosos membros, que se integraram, principalmente, à nova agremiação fundada por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o Partido Popular – (PP). No entanto, com a incorporação do PP ao PMDB, em consequência dos obstáculos criados pelo chamado “Pacote Eleitoral”, de novembro de 1981, que diminuiriam drasticamente as chances eleitorais do novo partido, muitos daqueles ex-arenistas e ex-pepistas, foram parar no PMDB.

Quanto aos remanescentes da ARENA que articularam a fundação do PDS, no Espírito Santo, destacaram-se tradicionais nomes do cenário político, como o então governador Eurico Rezende, bem como membros de famílias tradicionais capixabas, a exemplo de Theodorico de Assis Ferraço, Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgem, José Carlos da Fonseca, Lúcio Merçon, Juarez Martins Leite, Moacir Dalla, entre outros, além dos ex-governadores, Élcio Álvares, Cristiano Dias Lopes Filho, Francisco Lacerda de Aguiar, e do senador João Calmon, o qual migrou depois para o PMDB.

A definição do candidato que, em 1982<sup>5</sup>, iria concorrer às eleições para governador, começou a ser ensaiada no final de 1981, quando o então governador Eurico Resende (PDS) recebeu os 88 membros do Partido com direito a voto na convenção, para indicar preferências. Em diversos pronunciamentos, o governador exprimia o retrato falado de seu sucessor que deveria ter “inegável senso administrativo,

temperamento político equilibrado, independência econômica e condições de dar continuidade as suas obras dentro de um plano de austeridade absoluta<sup>6</sup>. Nesse momento apareceram as surpresas e os problemas, pois foram sugeridos oito correligionários pelo governador e dentre eles não estava Élcio Álvares, fato que acirrou ainda mais os conflitos entre elcistas e o grupo do Governador Eurico, iniciados ainda na época de ARENA. O resultado dessa consulta apontou nas quatro primeiras colocações o Deputado Federal Theodorico de Assis Ferraço em primeiro, o Prefeito da Capital Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen, em segundo, o Prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa em terceiro, ficando o empresário e ex-prefeito de Vitória entre 1971 e 1975, Chrisógono Cruz, em quarto.

O primeiro colocado na lista, Theodorico Ferraço, não se encaixava nesse perfil, pois era visto como um homem irrequieto e estabonado. Os outros três pré-candidatos se enquadravam relativamente bem quanto às características, com uma pequena vantagem para Von Schilgen, considerado, dentro do PSD, mais denso nas urnas.

Nas eleições de 1982, portanto, o PDS partiu para a disputa visivelmente dividido, fato que enfraqueceu grandemente a sigla. Em convenção bastante questionada, a ala do partido capitaneada pelo então governador Eurico Rezende, escolheu Carlos Alberto Lindemberg Von Shilgen (conhecido como Carlito) e José Maria Feu Rosa, para candidatos a governador e a vice, respectivamente. Este grupo ficou sendo conhecido como “PDS nº Um”. Entretanto, os deputados estaduais Vicente Silveira e Juarez Martins Leite, protocolaram no dia 01 de julho de 1982, junto ao TSE, um pedido de anulação da convenção do PDS com base no *Pacote do Presidente Figueiredo* que, dentre outras coisas, indeferia chapas incompletas. Os dois deputados, sendo o primeiro Presidente da Assembléia Legislativa, faziam parte de um grupo dissidente chamado de “PSD nº Dois”, liderado pelo ex-governador Élcio Álvares<sup>7</sup>, que havia sido premeditadamente aliado do processo de disputa interna. Toda essa polêmica durou até poucos dias antes do fim do prazo das inscrições, sendo ratificados os nomes de Carlito Von Schilgen para o Governo e José Maria Feu Rosa para vice-governadoria, a contra gosto, claro, dos elcistas.

Posicionando-se, ao centro do espectro político, estava o MDB, agora sucedido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ao contrário do que aconteceu com o PDS, o PMDB tentou a todo custo manter a unidade e o rótulo de partido opositor, apesar de a definição do candidato para concorrer ao cargo de governador, em 1982, também não ter sido consensual. O Senador Dirceu Cardoso

aparecia como o principal nome para disputar o pleito, apesar de desconversar suas pretensões eleitorais. Além do Senador, apresentaram-se como candidatos Gerson Camata e Max Mauro que, embora do mesmo partido, sempre tiveram muitas divergências. Resolvido o problema com Dirceu Cardoso, que resolveu não lançar o seu nome, as conversas intra-partidárias levaram à indicação do Deputado Federal e ex-arenista Gerson Camata, como candidato ao governo, apesar de essa escolha não ter sido tranqüila como pode parecer ao primeiro olhar.

Durante o Regime Militar, Max Mauro já era do MDB, enquanto Camata compunha os quadros da ARENA. Na fase final do regime, arenistas históricos, como aqueles que compunham o grupo de Camata, trocaram de uniforme e, sob o rótulo de “moderados”, fizeram juras pela redemocratização do Brasil, no início da década de 1980. Assim, Camata e Max Mauro disputariam dentro do PMDB, numa pré-convenção que seria realizada no dia 4 de abril de 1982, para decidir quem figuraria como candidato ao governo. Mas por intermédio de um acordo, ficou definido que Camata seria apoiado por Mauro nesta eleição e, em 1986, ocorreria o inverso. Isso porque nos ombros de Mauro pesava a fama de ser um homem radical de esquerda. Além disso, prognósticos de importantes figuras do PMDB apontavam sua fraqueza eleitoral no interior do Estado, e todos sabiam da importância de se obter votos fora da Grande Vitória. Situação totalmente inversa era a de Camata e do candidato do PDS, Carlito Von Schilgen. Este fato levou, inclusive, figuras aliadas de Mauro a votarem em Camata, como Mário Moreira e Sérgio Ceotto. Desta forma, o que poderia ter-se tornado um impasse foi temporariamente resolvido.

O principal problema do PMDB nesse pleito ficou por conta da escolha do vice-governador para compor a chapa com Camata, polêmica que vai deixar algumas marcas e contribuir para grandes divisões após as eleições de 1982.

Três eram os candidatos que se apresentaram para a vaga de vice-governador: o ex-presidente do partido Mario Moreira, considerado o preferido de Camata e do Sul do Estado; o empresário José Morais, homem visto como dono de posições extremamente conservadoras; e o próprio senador Dirceu Cardoso. Além destes, o suplente de deputado Gerles Gama também pleiteava ser candidato, mas foi logo persuadido por líderes do partido a desistir em nome da unidade partidária. Com muitos impasses, a discussão para a escolha do candidato à vice se arrastou até o dia 18 de julho, quando se definiu por José Morais, ex - Pepista.

Embora o PMDB tenha conseguido se articular melhor no que tange ao quesito unidade partidária, algumas fissuras se tornaram evidentes após o episódio da escolha do vice. Mario Moreira reclamou do seu esmagamento político e culpou o ex - PP, grupo de José Moraes. Max Mauro também não se sentiu satisfeito com o desenrolar das articulações, mas em nome da unidade partidária, aceitou a disputa para deputado federal e abraçou a candidatura Camata. Mas essa aparente afinidade não duraria para sempre, uma vez que no decorrer da década de 1980 aumentaram as divergências entre os dois<sup>8</sup>.

‘ Também se posicionando no centro do espectro político, estavam dois outros partidos: o PDT que, inicialmente, lançaria Augusto Calmon Nogueira da Gama como candidato ao governo, mas na reta final mudou para Oswaldo Mármore; e o PTB, que ainda estava em processo de organização no Estado e, por isso, não conseguiu lançar candidatos.

À esquerda do cenário político estava o Partido dos Trabalhadores (PT). A idéia de se criar um partido representativo dos trabalhadores remonta a meados de 1970, momento marcado pela efervescência dos movimentos de massa e articulação dos trabalhadores como agentes políticos atuantes no processo de luta contra o Estado.

A formação do PT no Espírito Santo não foi muito diferente do que ocorreu a nível nacional, resultou de três processos que envolveram cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, militantes de esquerda e cristãos progressistas. Convergir também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações populares, dentre outros grupos, compondo o tripé *sindicalistas-cristãos-esquerda* corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constitui o Partido (Azevedo, 1995).

Do meio sindical despontaram duas grandes figuras na fundação do PT no Espírito Santo: o médico Vitor Buaiz, cuja candidatura ao governo do Estado no início das conversas parecia certa e o jornalista Rogério Medeiros. Dos movimentos populares e da Igreja progressista despontou Cláudio Vereza, e dos movimentos de resistência armada aparecia Perly Cipriano. As articulações levaram à escolha de Perly para se candidatar ao governo. Por ocasião da importante posição política que ocupavam nas suas entidades sindicais e movimentos sociais, essas quatro lideranças acabaram tomando a dianteira no processo de fundação do partido aqui no Espírito Santo<sup>9</sup>.

Dois grandes temas dominavam o cenário político capixaba daqueles importantes momentos iniciais dos anos 1980: o primeiro, de natureza mais abrangente, tratava do processo de redemocratização do Brasil, ainda em curso. Era quase unanimidade, principalmente no campo da oposição, a necessidade de acelerar, por parte do governo Figueiredo, o processo de distensão e destruição do chamado entulho autoritário, como a Lei Falcão, dentre outros casuísmos verificados a partir da ascensão do General Ernesto Geisel ao poder, em 1974. Em segundo lugar, o tema importante era o quadro de deterioração econômica pelo qual passavam o Brasil e principalmente o Espírito Santo. Esta crise era reflexo de múltiplos fatores, principalmente em virtude das duas crises do petróleo de 1973 e 1979.

A economia capixaba sofria de modo especial, pois, até a década de 1960, se baseou na produção do café. A erradicação dos cafezais, de 1964 a 1968, reduziu em cerca de 70% a área plantada, num total de 300 milhões de pés erradicados, e provocou um impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, dos quais 120 mil dirigiram-se para a região da grande vitória e 80 mil deixaram o Estado (Ribeiro, 2005). Apesar da criação de grandes projetos industriais, esse quadro levou ao surgimento de grandes bolsões de pobreza, sobretudo na região metropolitana.

Outros aspectos que agravavam essa situação foram apontados pelo candidato do PMDB, Gerson Camata: a concentração de decisões financeiras nas mãos do governo central, fato que dificultava a implementação de projetos. Além disso, os grandes empreendimentos industriais haviam se instalado no Estado, com grandes benefícios fiscais, que aliado à grave recessão diminuía drasticamente a arrecadação, deixando o Espírito Santo numa situação de penúria financeira. Diante desse quadro de crise econômica, as duas principais candidaturas advogavam, no campo do discurso, reformas que pudessem recuperar a capacidade de autonomia de gestão dos estados e municípios em dificuldade.

O pleito se inicia com um elemento nitidamente voltado a favorecer o PDS, o partido do Governo. Foi instituído o chamado “Pacote de Novembro” em 1981, que em suas deliberações exigia que todos os partidos concorressem obrigatoriamente a todos os seis cargos em disputa e estabeleceu o voto vinculado, isto é, a nulidade no voto dado a candidatos de partidos diferentes. Ou seja, o eleitor teria que votar em elementos de um mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal e senador, sob a pena da anulação do voto. Supunha-se que essa vinculação entre

os votos beneficiaria o PDS, por que o candidato a governador puxaria os votos para o partido nos outros cinco níveis. A proibição das alianças e a obrigatoriedade dos partidos de concorrerem a todos os cargos visavam fragmentar o voto oposicionista; eram medidas extremamente prejudiciais aos partidos recém-criados, que ainda não tinham tido tempo para lançar nacionalmente suas organizações.

Além disso, outro elemento que se tornou grande obstáculo a partidos recém criados, como, por exemplo, o PT, foi a campanha do *voto útil* que, aliás, veio à reboque do voto vinculado. Esta campanha foi desenvolvida principalmente pelo PMDB, com o objetivo de continuar monopolizando o voto oposicionista. A idéia do “voto útil” sugeria que votar em partidos recém criados significaria perder o voto, uma vez que não tinham nenhuma chance de eleger candidatos. Portanto, o voto deveria ser atribuído aos partidos com quadros, com chances reais de vitória.

Este tema foi motivo de revolta para membros eminentes do Partido dos Trabalhadores. Em três de julho de 1982, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional da agremiação, na abertura de uma reunião, “acusou o PMDB de usar métodos fascistas de ataque com a campanha do voto útil”<sup>10</sup>.

Outros desafios colocados especificamente ao PT foram os ataques extremamente degradantes contra seus candidatos, veiculados pelos principais meios de comunicação de massa. O PT, desde o início, teve que enfrentar a estratégia do “medo” criada e promovida para combater as candidaturas petistas<sup>11</sup>. Por todo o ano eleitoral foram publicadas matérias que depreciavam, de maneira extremamente desqualificada, os candidatos do Partido. Um exemplo foi a matéria do jornal *A Gazeta*, publicada no dia 5 de julho de 1982, assinada por um jornalista chamado Octávio Senna, dizia:

Somente de um partido liderado por um candidato tão inexpressivo, insignificante e com tão poucas qualidades morais como o tal Perly Cipriano, candidato ao governo do Estado (a maior e mais cômica piada desta eleição) é que poderiam surgir alguns adeptos com índole para fazer o que estão fazendo com Guarapari, pichando toda a cidade de preto com frases e o nome deste candidato que para vereador já seria piada. Aliás, quando o juiz prendeu o tal Perly e seu bando só cometeu um erro: solta-los<sup>12</sup>.

Ataques semelhantes também eram publicados constantemente pela jornalista Maria Nilce, proprietária do *Jornal da Cidade*, que chegou, em diversas ocasiões, a chamar o candidato petista de “apenas um assaltante de bancos”<sup>13</sup>, porque, nos anos de chumbo, havia passado dez anos na prisão por enquadramento na Lei de Segurança Nacional<sup>14</sup>.

No geral, os candidatos foram para a disputa eleitoral de 1982 prometendo uma campanha de alto nível. Entretanto, iniciada a campanha, o que se viu foi exatamente o inverso. Além desses ataques voltados ao candidato do PT, Perly Cipriano, os dois principais candidatos, Camata (PMDB) e Carlito Von Schilgem (PDS) iniciaram um jogo de acusações e ataques mútuos, algo que se transformou na principal estratégia para se conquistarem votos.

Os ataques e acusações começaram já no final do mês de julho, assim que foram definidos os candidatos. Nesse contexto, o governador Eurico Rezende fez uma representação judicial contra Camata, com o objetivo de enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional por injúria. Segundo o governador, com base numa gravação feita por um assessor, o candidato do PMDB havia feito um discurso em Afonso Cláudio no mesmo mês que ofendia profundamente a honra do Presidente da República João Batista Figueiredo<sup>15</sup>.

Gerson Camata se defendeu das acusações dizendo que Eurico estava desesperado, pois em pesquisas do IBOPE ele aparecia com 65% da preferência dos eleitores enquanto o candidato do Governo, Carlito Von Schilgen, possuía apenas 11%. Os principais nomes do PDS governista, em vários momentos, demonstraram confiança que as denúncias contra Gerson Camata poderiam comprometer seriamente o desempenho do PMDB nas eleições daquele ano. Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário: o episódio acabou dividindo ainda mais o PDS. Nesta ocasião, o líder do “PDS Dois”, o ex-governador Elcio Álvares veio em defesa de Camata, afirmando que tudo aquilo não passava de intrigas político-eleitoreiras. Esse fato, inclusive, nos leva à certeza de que nessa altura dos acontecimentos já havia uma aproximação muito forte entre os grupos de Camata e Elcio Álvares<sup>16</sup>, união que se consolidaria mais tarde.

Outra arma utilizada pelo candidato governista para desestabilizar o candidato do PMDB foi de constantemente aludir acerca de sua origem governista. Dizia que por esta razão, o PMDB começava a se dividir e afirmava que teria cometido um grande erro ao indicar Camata como candidato ao governo, já que ele não representava o pensamento oposicionista. A esse respeito, Carlito completou dizendo: “... se a minha disputa fosse com Max Mauro seria bem diferente, aí sim eu estaria preocupado...”<sup>17</sup> Por esse motivo, Carlito chegou a esbanjar otimismo ao afirmar que a disputa não se daria entre o governo e a oposição, mas sim entre o “PDS Um” e o “PDS Dois”.

O PMDB tentou se centrar na construção de uma imagem de partido que disputava eleições baseando-se em propostas e não em agressões. E propunha uma ampla reforma tributária e fiscal que viabilizasse o desenvolvimento dos estados e municípios em dificuldade. Desta forma procurava se esquivar das acusações vindas do candidato governista. Gerson Camata sempre argumentava que o que eles queriam, na verdade, era atingir não o Deputado Camata, mas ganhar as eleições. E contra-atacava afirmando que os sucessivos enquadramentos de padres, jornalistas, deputados e, agora, candidatos do PMDB, punha por terra todas as promessas de abertura à democracia que o Governo havia feito, isso prova, afirmava Camata, “[...] que a abertura só existe para eles, os donos do poder, para eles, os melhores empregos, os melhores salários e as mordomias, só para eles [...]”<sup>18</sup>. Dessa forma, Camata utilizava as difamações em seu benefício. O posicionamento agressivo do candidato Camata contra a ditadura e favorável a abertura democrática foi, visivelmente, uma forma de marcar posição, ou seja, de desvincular a sua imagem do Regime Militar. Não há dúvida que logrou êxito, pois até hoje é visto como democrata congênito.

Em contra-senso com as duas campanhas gigantes, o candidato do PT, Perly Cipriano, enfatizava a importância estratégica das eleições. Afirmava que o número de votos não deveria preocupar o PT, mas sim o saldo deixado em termos de organização. E partiu para o pleito tendo como principais bandeiras, além do discurso classista, a decência e a honestidade. Segundo ele, faria uma campanha sem utilizar cabos eleitorais, o que ele considerava privilégio apenas do PMDB e o PDS e que o discurso dos candidatos do Partido não seria feito no estilo convencional. O Partido também combatia a compra de votos e promessas demagógicas<sup>19</sup>. O PT, portanto, já no início da sua trajetória, se colocou como um paradoxo em relação às demais agremiações.

O Partido dos Trabalhadores, nesta primeira eleição no Espírito Santo, seguiu as diretrizes do diretório nacional cuja preocupação seria “[...] organizar a classe trabalhadora, sem vanguardismo, sem paternalismo, e sem falsas promessas ao povo”. Lula, em diversos depoimentos chamava a atenção para a importância da atuação do Partido em cada Estado, enfatizando a necessidade de organizar o PT e organizar a classe trabalhadora. “O principal não é vencer as eleições, mas organizar os trabalhadores, em busca de mais liberdade, de melhores condições de vida, para a luta contra o poder econômico [...]”<sup>20</sup>.

Em decorrência de toda essa ordem de coisas, mais o fato de estas eleições terem ocorrido em meio a um clima de muitas restrições devido ao entulho autoritário que

limitava a propaganda eleitoral, mais a inexperiência do comitê de campanha do candidato petista, que durante o pleito apresentou Perly Cipriano como um sujeito que fora perseguido, preso político, guerrilheiro, algo não muito legítimo junto a opinião pública naquele momento (Coser, 2000, *apud* Pinto, 2001:53), e ainda as disparidades em relação às outras candidaturas, sobretudo no aspecto financeiro e no acesso aos meios de comunicação, o resultado favoreceu amplamente o PMDB.

Na disputa para governador, Camata (PMDB) foi o grande vencedor com 60,3% dos votos válidos. Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (PDS) teve 38%, Perly Cipriano (PT), 1,4% e o candidato do PDT, Oswaldo Mármore, ficou em último com apenas 0,2%.

Tabela 1 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1982.

| <i>Candidato</i>              | <i>Partido</i> | <i>Nº de votos</i> | <i>%</i>   | Votos Válidos (%) |
|-------------------------------|----------------|--------------------|------------|-------------------|
| Gerson Camata                 | PMDB           | 448.164            | 54,30      | 60,34             |
| Carlito Von Schilgem          | PDS            | 282.189            | 34,19      | 38,02             |
| Perly Cipriano                | PT             | 10.482             | 1,27       | 1,41              |
| Oswaldo Mármore               | PDT            | 1.239              | 0,15       | 0,17              |
| Votos Brancos                 | -              | 63.785             | 7,73       | -                 |
| Votos Nulos                   | -              | 19.523             | 2,37       | -                 |
| <b>Total de Votos Válidos</b> |                | <b>742,074</b>     | <b>-</b>   | <b>100</b>        |
| Total de votos apurados       |                | <b>825.392</b>     | <b>100</b> | <b>-</b>          |

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo); Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Para a Câmara Federal, o PMDB venceu com pequena vantagem, fazendo 5 dos 9 deputados (55,6%) e o PDS fez os outros 4, quantidade que representa 44,4% do total. O PMDB elegeu ainda o Senador José Inácio Ferreira, que obteve menos votos que Camilo Cola, mas que ficou com a vaga por conta da sua legenda, o PMDB, ter obtido mais votos. O Partido dos Trabalhadores (PT), além do Partido Democrático Trabalhista (PDT), não conseguiram eleger representantes. O PTB não participou desta primeira eleição, pois ainda não havia conseguido se organizar plenamente.

Embora não tenha conseguido vencer o PMDB, podemos considerar que, no geral, a estratégia do voto vinculado deu certo para o PDS. Embora obtivesse apenas 37% dos votos – menos que 40% obtidos pelo PMDB e do que a maioria de 53% que os partidos de oposição obtiveram em conjunto – o PDS conquistou 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado, 49% da Câmara Federal e a maioria em 13 assembleias estaduais. No Espírito Santo o desempenho também foi parecido, pois o PDS fica como a segunda força partidária. Os erros e problemas enfrentados pelo partido, mais a

popularidade de Camata, que aqui foi ajudado pelo voto vinculado, deram maioria ao PMDB na Assembléia Legislativa, onde conquistou 16 cadeiras no total de 27, algo que corresponde a 59,3%, restando ao PDS 11 vagas (40,7%).

Já nos pleitos municipais, o PDS foi o que mais conquistou prefeituras no Brasil, elegendo 64,3% do total. O PT conquistou apenas duas: a de Diadema, em São Paulo e a de Santa Quitéria, na Bahia. Mas o Partido dos Trabalhadores não conseguiu eleger nenhum governador de Estado ou qualquer representante no Senado, resultados que colocaram atrás, inclusive, do PDT e PTB. No Espírito Santo, o partido que mais elegeu prefeitos foi o PMDB, 54,38% dos chefes municipais.

Como se pode ver nos números, o novo sistema político partidário capixaba emergiu com o PMDB como partido dominante, ficando o PDS logo atrás, em segundo lugar.

### **As eleições de 1986**

Nas eleições de 1986 seriam escolhidos pela segunda vez nomes para os cargos de senador, deputado federal, governador e deputado estadual. Ao contrário da anterior, nestas eleições passou a ser permitida a composição de coligações para as eleições majoritárias e proporcionais.

Fatores conjunturais exerceram grandes influências nessas eleições. O Brasil estava em pleno processo de redemocratização. Um ano antes, Tancredo Neves havia sido eleito, de forma indireta, via colégio eleitoral, para a presidência da República. Contudo, na véspera de sua posse, 14 de março de 1985, foi internado às pressas para uma cirurgia de emergência, cabendo, finalmente, ao vice José Sarney assumir a presidência em meio à perplexidade nacional.

O primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, Tancredo Neves, acabou por falecer em 21 de abril, vítima de infecção generalizada. O cortejo fúnebre, do hospital até o aeroporto em São Paulo, de onde seguiria para Minas Gerais, foi marcado por grande comoção.

Na mesma conjuntura política, simultaneamente incerta e esperançosa, acrescentava-se a deterioração do quadro econômico, no auge da crise da dívida externa.

Logo no início do Governo Sarney, destacou-se a figura de Ulisses Guimarães, proeminente líder do PMDB, partido que teria o maior peso no novo governo, cabendo-

lhe a indicação dos principais ministros, como da área econômica, por exemplo. Estava clara a dominância do PMDB em aliança com o PFL no governo.

Em agosto de 1985, o ministro da fazenda recém indicado por Tancredo Neves, Francisco Dornelles, homem ligado à antiga equipe econômica dos governos militares, pediu demissão, abrindo a possibilidade para a nomeação de um ministro do PMDB. O nome indicado foi de Dílson Funaro, que logo se cercou de uma equipe de economistas críticos do modelo econômico adotado nos últimos anos de regime militar. Preparou-se um plano de combate à inflação que ficou conhecido como Plano Cruzado, divulgado e implantado de surpresa no dia 1º de março de 1986. Este plano que inicialmente gozou de relativo êxito e grande popularidade contribuiu muito para a ampla maioria conquistada pelo PMDB e pelo PFL.

A situação financeira do Espírito Santo neste momento não era diferente do plano nacional. No governo anterior, sobretudo na gestão José Morais<sup>21</sup>, foram realizadas diversas obras financiadas com data de pagamento posterior a 1986. Além disso, o Estado ainda se reestruturava de crises econômicas anteriores e acumulava problemas urbanos resultantes do grande êxodo rural, processo estimulado ainda pela instalação de grandes empreendimentos industriais no Estado.

Já no início do ano de 1986, começam as articulações em torno das candidaturas. A escolha do candidato ao governo pelo PMDB foi desta vez traumática e extremamente acirrada. De um lado, estava o Deputado Federal Max Freitas Mauro, que naturalmente seria candidato do partido, desde o acordo com o grupo de Gerson Camata em 1982. E do outro, o Senador José Ignácio Ferreira, que não abria mão de sua candidatura. Iniciadas as articulações, o cenário se mostrava mais favorável a Ignácio, que tinha o apoio do Palácio Anchieta, ocupado pelo governador José Morais e do ex-governador Gerson Camata, figura com grande prestígio e popularidade. Somado a isso, a candidatura Ignácio tinha adesão do Grupo de Cachoeiro, considerado extremamente forte e importante, capitaneado pelo Prefeito Roberto Valadão, além da adesão do veterano Deputado Estadual Hugo Borges<sup>22</sup>, do município de Guarapari.

Já Max Mauro tinha o apoio de vários prefeitos liderados por Luiz Moulin, de Guaçuí, num movimento que congregava outros 23 chefes municipais, e era o preferido das bases do PMDB, pois era, segundo Pereira (2004), visto como a principal figura progressista do partido.

Apesar de várias lideranças do PMDB afirmarem que este tipo de disputa era saudável e natural, os saldos para o partido não foram nada favoráveis. Em convenção

bastante tumultuada no Ginásio Álvares Cabral, Max Mauro conseguiu garantir a sua candidatura com 169 votos, apesar da oposição de Camata, que chegou a pedir votos abertamente para o outro pré-candidato, José Ignácio, que ficou com 113 votos. Neste mesmo evento, o ex-governador Gerson Camata foi vaiado no momento em que ia discursar e respondeu de maneira extremamente irritada, episódio em que foi, inclusive, agredido por correligionários de Mauro, descontentes com o apoio dado pelo ex-governador a José Ignácio.

Depois desta ocorrência, o PMDB encontrou muitas dificuldades para restabelecer a unidade partidária. Gerson Camata chegou a condicionar o seu apoio à candidatura Max a um pedido de desculpas, pois se considerava expulso do partido em vista dos incidentes ocorridos na convenção. A união partidária só parece ter sido parcialmente alcançada a posteriori, com a formação, a partir de consenso, das chapas que iriam concorrer para o Senado e Câmara Federal, utilizando-se, inclusive, do recurso das sub-legendas, mecanismo criado ainda no regime militar justamente para acomodar divergências partidárias. Além disso, o grupo perdedor exigiu a substituição do pré-candidato a vice-governador Sérgio Ceotto, preferido de Max e das bases do partido por Carlos Alberto Cunha, figura mais ligada ao grupo de Gerson Camata e José Morais.

A exemplo do que aconteceu com o PDS em 1982, o grande opositor do PMDB neste pleito parece ter sido o próprio PMDB. O Partido teve muitas dificuldades para unir forças em apoio à candidatura Max, mesmo após o aparente consenso na composição das chapas. Uma das maiores resistências do partido era o governador José Morais, que durante todo o processo eleitoral se recusou a fazer campanhas para Max Mauro<sup>23</sup>. Em diversas solenidades de inauguração, o governador deixou de convidar Max e admitia a possibilidade de chamar Élcio Álvares para as festividades. Chegou a existir, inclusive, rumores de que Morais e Camata articulavam uma aliança com o candidato pefelista. Ao longo dos meses de agosto e setembro, os grupos divergentes aparentemente chegaram a um acordo, mas durante o Governo Max Mauro (1987/1990) as intrigas com Gerson Camata tenderam a se agravar, levando ao definitivo rompimento e à saída dos dois da legenda.

Ainda no campo das siglas com peso eleitoral que se fizeram representar, tivemos o florescimento de uma nova força partidária, o Partido da Frente Liberal (PFL), que foi fundado no contexto da candidatura e eleição de Tancredo Neves, em 1985, por um grupo dissidente do PDS, que se opunha a candidatura de Paulo Maluf à

sucessão de Figueiredo. Esse agrupamento foi denominado de Frente Liberal e deu apoio a Tancredo no Colégio eleitoral que o elegeria.

As repercussões desse “racha” do PDS nacional foram dramáticas no Espírito Santo. Com a criação do PFL, antiga Frente Liberal, já articulado em torno da candidatura Tancredo-Sarney, dois terços dos pedessistas capixabas bandearam-se para o novo partido. Outras siglas, como o PDC, PL, PTB, além do próprio PMDB também levaram alguns membros do PDS, que de 2º força partidária, de repente se tornou um partido inexpressivo no Espírito Santo. Já os pefelistas, no ato do seu surgimento, já se posicionavam em segundo lugar em termos de força política do Estado. Em 1985, o PFL contava com um senador, Moacyr Dalla (Vieira, 1993), quatro deputados Federais: Stélio Dias, Theodorico de Assis Ferraço, José Carlos da Fonseca e Pedro Ceolin, além de sete deputados estaduais<sup>24</sup>, e ainda oito prefeitos, dez vice-prefeitos e 166 vereadores<sup>25</sup>.

Nas eleições de 1986, o Partido da Frente Liberal logo se definiu pela candidatura de Élcio Álvares, que apareceu desde as primeiras pesquisas como o segundo na preferência do eleitorado. No decorrer das articulações, o PFL teve muitas dificuldades para definir o nome que concorreria ao cargo de vice-governador e para consolidar suas chapas para o Senado e Câmara. Além disso, não conseguiu oficializar nenhuma coligação, embora algumas tenham sido cogitadas. Três lideranças apresentaram-se para candidatos a vice-governador: o ex-deputado Edson Machado, o médico Luiz Buaiz, considerado o preferido de Élcio, e o próprio presidente da sigla, Emir de Macedo Gomes. Depois de várias negociações, chegou-se ao consenso com a escolha de Edson Machado. O PFL até esboçou a composição de sublegendas para concorrer ao Senado, mas diante da indisponibilidade de nomes fortes à altura dos concorrentes, o Partido lançou apenas o nome de Theodorico de Assis Ferraço, que concorreu meio a contragosto, pois desejava se candidatar para outro cargo.

Uma outra novidade deste novo cenário foi também o considerável crescimento do PT, que além de ter tido um grande papel na campanha das “Diretas Já”, onde desempenhou uma grande liderança frente aos movimentos sociais, conseguiu também importantes avanços nas urnas, tanto a nível nacional como estadual, onde quase venceu nas eleições da capital capixaba com o médico Vitor Buaiz em 1985.

Nas eleições de 1982, o Partido dos Trabalhadores se colocava veementemente contrário às políticas de alianças, pois via as eleições apenas como forma de ampliar as suas bases com vistas à construção de uma alternativa pela via do fortalecimento dos

movimentos populares. Mas com o decorrer do tempo essa posição do partido foi se modificando. Embora continuasse pregando a transformação da sociedade e a construção de um socialismo que nunca foi muito bem definido, o PT passou a admitir a idéia de que todo partido era, por excelência, uma instituição voltada para a conquista do poder e, com esse intuito, voltou o seu olhar para um arco mais ampliado da sociedade, bem como, assumiu a consciência de uma política de alianças.<sup>26</sup>

Seguindo essas diretrizes, o PT capixaba fez uma aliança com o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e apontou como candidato ao governo um acadêmico: o economista e professor Arlindo Villaschi Filho, que venceu as prévias do partido contra o também acadêmico e professor universitário Pedro Bussinger. A plataforma de campanha do candidato do PT se baseou, mais uma vez, na idéia de que representava uma diferença frente às tradicionais formas de se discutir a coisa pública. Criticava duramente aquelas posturas personalistas, feitas por políticos profissionais, fato que na visão petista distanciava cada vez mais o eleitorado das questões de interesse comum. Durante a campanha fez diversas denúncias de abuso de poder econômico por parte dos dois grandes concorrentes e também mencionava constantemente o comportamento daqueles que se acusaram, se agrediram e que agora, nas eleições, “fazem gestos de amizade eterna”<sup>27</sup>, referindo-se, é claro, à candidatura peemedebista. Sugeriu que o processo eleitoral fosse um fórum por onde a população pudesse participar e se engajar na discussão política. O seu programa de governo, além das questões administrativas, previa a construção de um governo participativo.

Um partido como o PT, dizia o candidato Arlindo Villaschi, “deve comprometer-se e engajar-se no apoio aos movimentos sociais organizados na luta por uma participação efetiva da sociedade em assuntos do seu interesse”<sup>28</sup>.

Também defendia a descentralização de recursos e decisões, tema que apareceu nas eleições de 1982. Segundo o candidato, deveriam ser estabelecidas “articulações a nível nacional a tal ponto que a governadoria do Estado deixasse de ser mera instância gerencial de programas federais para se transformar num nível reivindicatório e de participação e decisão de temas regionais”<sup>29</sup>.

Defendia também transparência na gestão da coisa pública, e apontava que deveria ser colocada, ao alcance de todos, a maneira pela qual os recursos públicos eram arrecadados e distribuídos. Para isso, o candidato defendia o máximo incentivo aos conselhos populares que, com suas atribuições, pudessem apresentar soluções acerca de problemas regionais. Em seu programa apareciam proposições na área de educação e

cultura, saúde pública, programa especial para reforma agrária, de habitação social para a Grande Vitória e interior, segurança pública e programa de apoio às pequenas e médias empresas, além de outras temáticas.

Por último, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), saiu candidato ao governo do Estado, o Professor Rubens Vervloet Gomes, que registrou sua candidatura no limite do prazo.

A principal marca do processo eleitoral de 1986 foi a indecisão. Em pesquisa realizada pela empresa Gallup no mês de junho do mesmo ano, às vésperas da escolha e definição dos candidatos, cerca de 77% dos eleitores capixabas não sabiam em quem votar para governador nas eleições que ocorreriam em 15 de novembro. Na pesquisa, Max Mauro aparecia com 8,9% das preferências, Élcio Álvares com 8,3%, José Ignácio com 3,6 e Arlindo Villaschi, com apenas 0,8. Apesar das críticas metodológicas que fez à pesquisa, o candidato petista Arlindo Villaschi a viu com bons olhos, pois ela confrontou políticos que com ou sem mandatos estavam no cenário político a mais de 20 anos, cujas candidaturas estavam nas ruas a seis, oito anos e que mesmo assim os eleitores permaneciam indecisos. Do outro lado, apareciam figuras que haviam surgido há apenas alguns meses no meio político, como ele mesmo, assumidamente técnico, que até então se limitava aos muros da academia. E estas considerações apareceram no cerne dos discursos do candidato Arlindo Villaschi.

O partido que melhor se articulou para este pleito foi novamente o PMDB. Formou uma ampla coalizão, aliando-se ao PMN, PSC, PDC, PCB e PC do B. Além disso, após diversas reuniões e muitos desentendimentos, compôs duas sublegendas para o Senado, obedecendo a critérios regionais: uma encabeçada por Gerson Camata, seguida de Joaquim Beato e Waldemar Zamprogno, e outra com o Senador João Medeiros Calmon na ponta, acompanhado do empresário Camilo Cola e Paulo Sérgio Borges. Ambas as sublegendas abarcavam as principais regiões do Estado. O partido lançou ainda vários nomes para os cargos de deputado federal e estadual.

O cenário de disputa configurou-se, de um lado, com uma candidatura que de alguma forma tentou qualificar o debate, posicionando-se antagonicamente às tradicionais formas de fazer política; e de outro, as duas principais candidaturas, que utilizaram métodos agressivos para criticar e acusar seu adversário.

Élcio Álvares direcionou suas críticas ao abuso da utilização da máquina pública pelo candidato da situação, bem como à coligação feita com os comunistas. Curiosamente, o anticomunismo foi utilizado para desmoralizar o candidato do PMDB e

não do PT como poderia se supor. Isso se explica pela aliança entre peemedebistas e PCB e PC do B. Além disso, outro fato interessante é que a questão do anticomunismo foi mais evidenciada na campanha de 1986 do que em 1982, pelo fato de os Partidos Comunistas só terem se apresentado à atividade política no termos da legalidade partidária, em 1985. Até então estiveram na clandestinidade ou participando por dentro do MDB e PMDB<sup>30</sup>.

A resposta de Max Mauro vinha no mesmo tom, associando Élcio Álvares ao Regime Militar<sup>31</sup>. Mas o candidato do PMDB propunha o envolvimento da comunidade nas decisões políticas, como dizia ter feito quando prefeito do município de Vila Velha, em que Max se colocava como o responsável pela criação dos conselhos comunitários. Agora, propunha fazer o mesmo enquanto governador.

O resultado do processo eleitoral confirmou a supremacia do PMDB, que mantinha uma posição invejável. Apesar das resistências dentro do Partido, Max Mauro venceu o pleito com alguma facilidade, com 54,7%, enquanto Élcio Álvares obteve 34,5% dos votos válidos. Arlindo Villaschi (PT) obteve 10% e Rubens Gomes (PDT) 0,5 ponto percentual. No Senado o PMDB ficou com as duas vagas – Gerson Camata e João Calmon. Na Câmara Federal, agora com 10 vagas, o PMDB foi quase absoluto conquistando 7 cadeiras, o PFL ficou com 2 e o PT com 1, no caso, o médico Vitor Buaiç, que se tornou o primeiro representante do PT capixaba no Congresso Nacional. Na Assembléia Legislativa, a coligação do PMDB também obteve maioria, elegendo 16 representantes, contra 9 do PFL, 3 da coligação PT/PSB, 1 do PDS e 1 do PDT.

Tabela 2 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1986.

| <i>Candidato</i>              | <i>Partido</i> | <i>N° de votos</i> | <i>%</i> | <i>Votos Válidos (%)</i> |
|-------------------------------|----------------|--------------------|----------|--------------------------|
| Max Freitas Mauro             | PMDB           | 532.713            | 48,06    | 54,9                     |
| Élcio Álvares                 | PFL            | 334.678            | 30,19    | 34,5                     |
| Arlindo Villaschi Filho       | PT             | 97.279             | 8,77     | 10,0                     |
| Rubens Gomes                  | PDT            | 4.957              | 0,44     | 0,5                      |
| Votos Brancos                 | -              | 98.490             | 8,88     | -                        |
| Votos Nulos                   | -              | 40.176             | 3,62     | -                        |
| <b>Total de Votos Válidos</b> |                | 969.627            | -        | 100                      |
| Total de Votos apurados       |                | 1.108.293          | 100      | -                        |

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

A preeminência do PMDB também se confirmou no plano nacional. Beneficiado pelo momentâneo sucesso da política de estabilização do governo Sarney – o Plano Cruzado -, o PMDB não só conquistou a maioria na Câmara e no Senado, como também elegeu 22 dos 23 governadores.

Paralelamente a esses resultados, observa-se um crescimento efetivo do PT, que avançou muito em número de votos para governador, se comparado ao pleito anterior, bem como em relação ao Senado, cujo candidato Rogério Medeiros obteve 6,7% do votos, além de ter conseguido, pela primeira vez, eleger representantes na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. No plano nacional, o PT ocupou 3,7% das cadeiras da Câmara, com 16 parlamentares. Inclusive, foi eleito nesta oportunidade, Luiz Ignácio Lula da Silva, o deputado federal mais bem votado do Brasil com 652 mil votos (PINTO, 2001). Também elegeu 39 deputados estaduais em todo o país.

Por fim, esse pleito no Espírito Santo confirmou uma tendência natural do atual sistema partidário: as eleições se pautarem no candidato em detrimento do partido. Em meados do mês de julho de 1986, o IBOPE realizou uma pesquisa em que era lançada a seguinte pergunta: “Qual o partido político que o (a) Sr.(a) mais simpatiza ou tem preferência?”. O resultado foi 36% para o PMDB, 8% para o PDS, 6% para o PFL, 5% PT, e 1% para o PTB e PDT<sup>32</sup>. Com exceção do PMDB, que neste pleito ainda contou com o respaldo conquistado durante a ditadura militar, e teve a sua preferência confirmada nas urnas com a eleição do seu candidato Max Mauro, os partidos mais representativos não foram bem nas eleições. O exemplo foi o PDS, que embora estivesse em 2º lugar na preferência do eleitorado, apresentou um resultado pífio nas urnas, bem abaixo do PFL, PT e PDT.

No ano de 1988 é importante destacar o surgimento de uma outra agremiação partidária, que protagonizou o cenário político, sobretudo na década de 1990: o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira), partido criado em junho de 1988 por parlamentares em sua maioria oriundos dos quadros do PMDB.

Em relação às eleições municipais que ocorreram neste mesmo ano, os resultados foram animadores para o Partido dos Trabalhadores, pois conseguiu eleger 38 prefeituras em todo Brasil, sendo três importantes capitais: São Paulo, Porto Alegre e Vitória, esta última com Vitor Buaiz; foi um resultado bem melhor do que o das eleições de 1982, quando os petistas fizeram apenas dois prefeitos em todo o Brasil.

No Espírito Santo, além da capital, o PT também elegeu o Prefeito Túlio Pariz, em Jaguaré. Além disso, no ano anterior, 1987, havia eleito Magno Pires para o mandato tampão<sup>33</sup> no município de Vila Velha, vencendo o candidato do então governador Max Mauro.

Este crescimento do Partido dos Trabalhadores tem profunda relação com a implosão do PMDB, que começava a perder importantes disputas e a diminuir

drasticamente seu apoio entre os setores mais pobres do eleitorado (Kinzo, 1993; Carreirão, 2002). Pode-se observar que em 1986 os peemedebistas atingiram o seu apogeu, quando conquistaram 22 dos 23 governadores com a colaboração, é claro, do momentâneo sucesso do Plano Cruzado. Entretanto, a derrocada do plano de estabilização econômica e a conseqüente insatisfação com o Governo Sarney levaram ao decréscimo da força do PMDB. De 31 municípios conquistados em 1982 no Espírito Santo, o PMDB teve uma grande queda, conseguindo vencer em apenas 17 prefeituras, pouco mais do que as 10 do PTB, que em 1982 não elegeu nenhum prefeito, e menos do que os 23 municípios conquistados pelo recém-formado PFL. Com o descrédito em relação à classe política, principalmente do PMDB que não havia conseguido dar cabo aos graves problemas enfrentados pelo Brasil, a população frustrada tendeu a canalizar os votos para outros partidos. Isso explica, em parte, o avanço do PT nas eleições municipais de novembro de 1988, pois o partido começava a ser visto como algo novo e como uma alternativa real de governo.

Confirmou-se também, no Espírito Santo, a decadência do apoio ao PMDB principalmente nos grandes centros urbanos. Os peemedebistas perderam o domínio nos cinco municípios da Grande Vitória: Vila Velha e Cariacica foram conquistados pelo PSDB, Vitória pelo PT, Viana pelo PFL e Serra pelo PTB. Isso se deu pelas repercussões do desgaste do Governo Federal, corroborado crescimento do PT e também pelo surgimento de outros competidores no terreno oposicionista, como PCB, PCdoB e, sobretudo, o PSDB.

### **Eleições de 1989/1992: inserção do Espírito Santo na Idade Mídia e a fragmentação partidária**

Em 1989, ocorreriam finalmente as primeiras eleições diretas para presidente da República depois de 29 longos anos. Além disso, a eleição presidencial de 1989, nacional e exclusiva, se impôs como instante inaugural de um novo tempo da política (Rubim, 2004). Ela não só consolida no Brasil, um modelo eleitoral midiático, como também publiciza amplamente o novo padrão, chamando definitivamente atenção da sociedade brasileira para o novo caráter midiático do processo eleitoral; nela, as estratégias dos principais candidatos basearam-se no amplo uso de pesquisas de opinião associadas ao marketing político. (Rubim, 2004). Foi marcante também, por que outros

programas televisivos foram envolvidos pelas discussões políticas, a exemplo das telenovelas, que tinham como pano de fundo os aspectos do cenário político do Brasil. Por tudo isso, essas eleições podem ser consideradas um marco na política brasileira.

Nesta ocasião, vinte e dois candidatos se apresentaram para disputar a sucessão de Sarney, e o PT e PRN surpreenderam chegando à frente de grandes partidos como o recém-criado PSDB, o PMDB e o PDS. No segundo turno, a disputa ocorreu entre Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Luiz Ignácio Lula da Silva do PT, que nesta oportunidade se aliou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), formando a Coligação Frente Brasil Popular.

Este processo eleitoral foi marcado por uma cobertura extremamente tendenciosa da mídia (Carreirão, 2002; Rubim, 2004; Pomar, 1990) com práticas extremamente esdrúxulas, como por exemplo, a edição de debates políticos, coisa vista com estranheza no meio jornalístico. Toda a imprensa escrita, bem como a televisão e o rádio, deram um destaque especial ao “Fenômeno Collor”, como algo novo na política brasileira. O candidato usou o slogan “caçador de marajás”, como o político que introduziria o Brasil no contexto internacional. Os demais candidatos, sobretudo Luiz Ignácio Lula da Silva, foram desqualificados pela mídia, pesando sobre ele a imagem a do medo (Chaia, 2004).

O resultado foi uma grande vitória de Collor (PRN) que obteve 53,03% dos votos, contra 46,96% do candidato Lula do PT. No Espírito Santo a vantagem de Collor foi ainda maior: alcançou 59,29% dos votos, contra 40,70% do candidato petista. No dia 03 de outubro de 1990, a sociedade capixaba mais uma vez iria às urnas para escolher o 24º governador eleito por voto direto, além de representantes para os cargos de senador, deputados federais e estaduais.

Tal como a campanha presidencial de 1989, uma referência no plano nacional da utilização de formas avançadas de comunicação por meio do marketing político, as eleições estaduais de 1990 tiveram o mesmo significado no Espírito Santo, pois inseriram o pleito estadual na era das campanhas modernizadas.

O cenário político estabelecido era muito diferente e muito mais complexo se comparado às eleições anteriores. Quatro importantes aspectos marcaram a disputa: em primeiro lugar, observa-se o grande enfraquecimento do PMDB, culminando com um processo de fragmentação partidária e ideológica; em segundo, a ampliação de alianças políticas diante desta fragmentação partidária; em terceiro, por diversos fatores tivemos

uma ausência de candidaturas de peso, a única que existiu não decolou por conta de problemas na indicação do seu candidato a vice; e por último um dos candidatos impôs uma nova forma de campanha eleitoral, por intermédio de uma sofisticada estrutura propagandística.

No que tange à definição dos nomes que concorreriam ao pleito, o PMDB lançaria como candidato ao governo o Deputado Estadual Douglas Puppim, que nos momentos finais de registro acabou renunciando, dando lugar ao Senador João Calmon, que teve como candidato a vice o ex-prefeito de Castelo e ex-secretário de Agricultura Paulo Marcos Lomba Galvão, que havia sido peça-chave nas articulações dos prefeitos em torno do lançamento da candidatura de Max Mauro a governador em 1986.

No Espírito Santo, o PMDB se enfraqueceu muito com a saída dos seus principais caciques: Gerson Camata chegou, em 1988, a participar da fundação do PSDB (Vieira, 1993), mas logo passou a compor os quadros do modesto PDC (Partido Democrata Cristão), e Max Mauro, depois que saiu do PMDB no final dos anos 1980, ficou um tempo sem partido, vindo a se filiar ao PDT, em 1992.

Outro importante líder do PMDB, o Senador José Ignácio Ferreira, saiu do partido para fundar o PSDB em 1988. Em 1990, Ignácio foi convidado pelo então Presidente Fernando Collor de Mello para que se tornasse líder do governo no Senado. Mas para isso deveria trocar de partido, pois os tucanos haviam adotado uma linha de independência ao governo federal, levando o Senador a se alojar no pequeno PST (Partido Social Trabalhista), pelo qual logo no início das articulações, se definiu como candidato ao governo em 1990, com o apoio de Senador Gerson Camata. Mas a saída do PSDB e a aproximação com o governo Collor custaram caro a José Ignácio, pois acabou perdendo o apoio dos partidos de centro-esquerda que tendiam a apoiá-lo por conta de sua história de perseguido político do regime militar e pelo seu perfil, até então considerado progressista. Ignácio construiu uma coligação com outros cinco partidos: PMN, PSC, PRP, PFL e PDS, formando a Frente Progressista Liberal.

O PFL, pelo acordo estabelecido indicaria o candidato a vice-governador para compor a chapa de Ignácio. Em disputa interna envolvendo o médico Luiz Buaiz e o Deputado Federal Pedro Ceolin, saiu vencedor o segundo. E foi a partir deste momento que os problemas de Ignácio afloraram: seus principais aliados, Gerson Camata (PDC) e o candidato a senador Élcio Álvares (PFL) se negavam a subir no palanque, caso Ceolin permanecesse na chapa. O próprio Ignácio também rejeitou a indicação alegando falta

de sintonia entre a sua biografia e a do Deputado, contra a qual pesava uma série de acusações.

Diante dessa rejeição, todos esperavam que Ceolin renunciasse, demonstrando um ato de grandeza (Vieira, 1993), mas isso não aconteceu, e o PFL ameaçou romper com a coligação caso seu nome não fosse aceito. Esse impasse se arrastou até o final da campanha e acabou enfraquecendo muito o candidato José Ignácio. A crise culminou com o rompimento entre o Senador Gerson Camata e Ignácio, ainda no decorrer do processo eleitoral.

Uma outra candidatura estava sendo construída por diversos prefeitos desde 1989: tratava-se do ex-secretário de planejamento do governo Max Mauro, Albuíno Azeredo, homem muito conhecido pelo seu perfil técnico. Em março de 1990, após diversas conversações, um grupo de 43 prefeitos enviou ao governador Max um manifesto cujo conteúdo era o apoio incondicional à candidatura Albuíno e a sugestão de que o governador também aderisse (Vieira, 1993).

O Governador Max Mauro, além da candidatura Albuíno, sondava também outros possíveis nomes para sucedê-lo. Dentre eles estava o Senador Ignácio, que logo rejeitou a sua ajuda (Vieira, 1993). Outros nomes foram cogitados como Vitor Buaiz (PT) e Vasco Alves (sem partido), prefeitos de Vitória e Cariacica, respectivamente, que não aceitaram com a justificativa de que queriam concluir seus mandatos. Max ainda tentou articular o nome de Albuíno dentro do próprio PMDB, mas houve a rejeição quase unânime dos peemedebistas.

Diante desse cenário, o Governador começou a articular com Valdir Pires (BA) e Leonel Brizola (RJ), líderes do PDT nacional, a filiação de Albuíno naquele partido. Essa atitude rendeu frutos, pois Brizola entregou a Max o PDT capixaba para fazer seu sucessor (Vieira, 1993).

A partir deste momento, o governador Max Mauro abraçou de vez a candidatura Albuíno. Restava agora a escolha do vice. De início dois nomes foram cogitados: Theodorico de Assis Ferraço e Enivaldo dos Anjos, mas ambos não aceitaram, por conta de compromissos que tinham com seus municípios, quanto a concluírem também seus mandatos (Vieira, 1993). Em seguida, foi convidado o ex-secretário da educação na gestão Max, José Eugênio Vieira, que em seu livro *A História política e eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*, confessou que sua recusa se deu pelo fato de achar que o cargo deveria ser guardado para composição com outro partido.

Após muitas negociações, definiu-se pelo nome do ex-prefeito de Nova Venécia, Adelson Salvador. Junto com o PDT, se agregaram outros três partidos: PSB, PTB, PC do B, formando a Frente Democrática Capixaba.

No momento do lançamento dessas candidaturas, o Partido dos Trabalhadores também se articulava. Em consonância com as diretrizes do PT nacional, expostas nas resoluções de seus Encontros, a idéia seria compor uma coalização com os partidos de centro-esquerda, ditos progressistas, no caso o PSB, PTB e PC do B. Entretanto, estes três partidos se uniram para apoiar a candidatura Albuíno e isso deixou os principais líderes do PT extremamente insatisfeitos, levando-os a fazer declarações extremamente fortes contra os petebistas e comunistas. Sem o apoio dos partidos de centro-esquerda, o PT partiu para a disputa coligado somente com o PCB, na Frente Popular Capixaba, lançando como candidato ao governo, o jornalista e então vice-prefeito de Vitória Rogério Medeiros.

Além destes quatro candidatos, mais um outro se apresentou pela Frente Independente Capixaba (PRN, PDC e PDS) <sup>34</sup>, foi o empresário Paulo Loureiro, que teve a sua candidatura cassada dias antes das eleições.

Consolidados os acertos em torno das candidaturas, o pleito se iniciou e as pesquisas de opinião apontavam ampla vantagem para o candidato da Frente Progressista Liberal, José Ignácio, que mesmo com problemas na sua chapa aparecia à frente nas preferências do eleitorado.

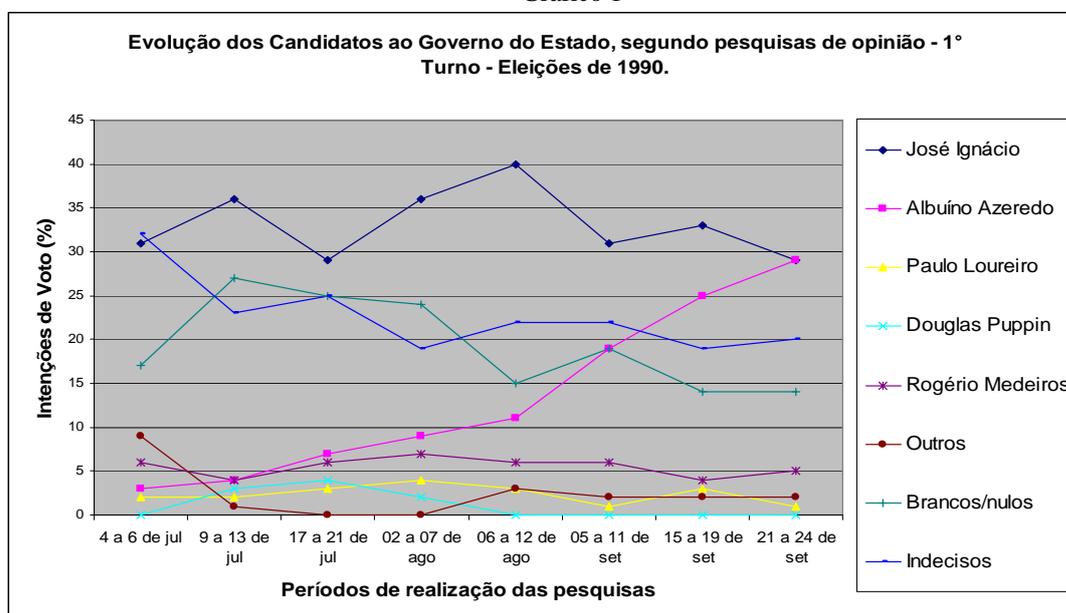
Com base nestas primeiras pesquisas, que atribuíam menos de 1% ao candidato Albuíno Azeredo e diante da vantagem de Ignácio, a equipe de marketing <sup>35</sup> que havia sido contratada, percebe a necessidade de buscar mecanismos que pudessem diminuir esta diferença e levá-lo ao segundo turno. Na verdade, na fase inicial da campanha, a candidatura Albuíno não havia ainda extrapolado o círculo fechado da elite empresarial e política, onde era mais conhecido pelo seu perfil técnico. Era necessário transformar Albuíno numa figura conhecida pela opinião pública (Vieira, 1993). Exaustivas análises das pesquisas de opinião revelaram que José Ignácio possuía índices de rejeição altíssimos, que chegavam a 60%, enquanto o mesmo índice de Albuíno não alcançava 20%. Além disso, as pesquisas apontavam um grande índice de eleitores indecisos.

Com base nessas e em outras informações coletadas, delineou-se o eixo da campanha Albuíno: em primeiro lugar, era necessário desenvolver a questão da popularidade; em segundo, angariar votos que levassem o candidato para o segundo

turno e, por último, explorar adequadamente realizações relacionadas diretamente a Albuíno, como o sistema TRANSCOL<sup>36</sup>, por exemplo.

A estratégia utilizada pela equipe de marketing contratada por Albuíno surtiu efeito, pois o candidato do PDT teve uma extraordinária ascensão. O gráfico abaixo mostra a evolução do candidato Albuíno em comparação aos demais candidatos, com base em pesquisas de opinião realizadas no período eleitoral. Observa-se um grande crescimento de Albuíno na preferência do eleitorado, ao passo que os concorrentes ficaram estagnados ou perderam espaço. Na última pesquisa, realizada entre os dias 21 e 24 de setembro, Albuíno já estava tecnicamente empatado com o candidato que até pouquíssimo tempo aparecia com uma folgada preferência:

Gráfico 1



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de Vieira (1993).

Diante de toda essa estrutura montada pelo candidato do PDT, mais os problemas verificados na chapa de José Ignácio, e ainda o isolamento do candidato petista, Albuíno Azeredo deu uma arrancada extraordinária e venceu as eleições no segundo turno. O candidato inexpressivo no início do processo eleitoral saiu vencedor, graças ao uso de uma sofisticada estrutura de marketing. Foi eleito com 66,51% dos votos válidos, bem à frente do seu adversário no segundo turno, José Ignácio, que ficou com 33,56%. Quanto aos demais candidatos, Rogério Medeiros (PT) ficou em terceiro, com 15,67% dos votos válidos e João Calmon (PMDB) em último, com 4,76%, conforme pode ser visto nas tabelas abaixo.

Tabela 3 - Resultado das eleições para governador – 1990 – 1º Turno

| <i>Candidato</i>              | <i>Partido</i> | <i>Nº de Votos</i> | <i>%</i>   | Votos Válidos (%) |
|-------------------------------|----------------|--------------------|------------|-------------------|
| Albuíno Cunha de Azeredo      | PDT            | 356.754            | 28,92      | 43,79             |
| José Ignácio Ferreira         | PST            | 291.196            | 23,90      | 35,74             |
| Rogério Sarlo de Medeiros     | PT             | 127.672            | 10,34      | 15,67             |
| João de Medeiros Calmon       | PMDB           | 39.042             | 3,16       | 4,79              |
| Votos Brancos                 | -              | 210.042            | 17,02      | -                 |
| Votos Nulos                   | -              | 208.815            | 16,92      | -                 |
| <b>Total de Votos Válidos</b> |                | <b>814.692</b>     | <b>-</b>   | <b>100</b>        |
| Total de Votos Apurados       |                | <b>1.233.549</b>   | <b>100</b> | <b>-</b>          |

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Tabela 4 - Resultado das eleições para governador – 1990 – 2º Turno

| <i>Candidato</i>         | <i>Partido</i> | <i>Nº de Votos</i> | Votos Válidos (%) |
|--------------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| Albuíno Cunha de Azeredo | PDT            | 584.269            | 66,51             |
| José Ignácio Ferreira    | PST            | 294.872            | 33,56             |
| Total de Votos           |                | <b>879.141</b>     | <b>100</b>        |

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Como pode ser constatado, o resultado concreto dessas eleições foi a fechamento de algo que já estava ocorrendo desde meados do governo Max Mauro (1987/1990): o desaparecimento de um partido dominante em favor de uma alta fragmentação partidária e ideológica. Isso pode ser constatado nos resultados para a Câmara Federal. Embora tenha conseguido a maioria, o PMDB perdeu espaço, elegendo seis representantes, ficando o PSDB com três cadeiras e o PFL com uma. A vaga no Senado ficou com o PFL, com a vitória de Élcio Álvares, que obteve 43,67% dos votos.

A composição da nova Assembléia Legislativa mostrou uma fragmentação partidária ainda maior: o partido que mais elegeu deputados estaduais foi o PFL, com seis, ou seja, 20% do total; o segundo colocado foi o PSDB, com cinco cadeiras (16,66%). Constata-se que o PMDB passou de primeira força partidária para a terceira, fazendo quatro deputados, empatando com o PRN (13,33%). O PT, o PTB e o PDT, elegeram três deputados cada, quantidade que representa 10% da Assembléia e por último o PSB e PDC que conseguiram uma vaga cada (3,3%).

Uma outra questão que muito chamou a atenção neste pleito, no Espírito Santo, foi a grande incidência de votos brancos e nulos, que ultrapassam a quantidade de votos recebidos pelo primeiro colocado para governador no primeiro turno. Vários fatores podem explicar esse comportamento do eleitor, dentre eles, a descrença da população com a classe política brasileira desde o fracasso dos planos econômicos no Governo



|              |              |            |           |            |              |            |           |            |              |              |           |            |
|--------------|--------------|------------|-----------|------------|--------------|------------|-----------|------------|--------------|--------------|-----------|------------|
| PDS/PPB/PP   | 2.533        | 64,3       | 31        | 54,3       | 446          | 10,4       | 05        | 7,4        | 363          | 7,6          | 04        | 5,63       |
| PMDB         | 1.377        | 34,9       | 25        | 43,8       | 1.606        | 37,5       | 17        | 25,4       | 1.605        | 33,7         | 17        | 23,9       |
| PDT          | 22           | 0,6        | -         | -          | 192          | 4,5        | 03        | 4,5        | 377          | 7,9          | 23        | 32,4       |
| PTB          | 07           | 0,2        | -         | -          | 332          | 7,7        | 10        | 14,9       | 303          | 6,4          | 08        | 11,7       |
| PT           | 02           | 0,1        | -         | -          | 38           | 0,9        | 02        | 2,9        | 54           | 1,1          | 01        | 1,4        |
| PFL          | -            | -          | -         | -          | 1.058        | 24,7       | 23        | 34,3       | 965          | 20,3         | 04        | 5,6        |
| PSDB         | -            | -          | -         | -          | 18           | 0,4        | 03        | 4,4        | 317          | 6,7          | 04        | 5,6        |
| Outros       | -            | -          | -         | -          | 597          | 13,9       | 09        | 12,4       | 777          | 16,4         | 10        | 14,0       |
| <b>Total</b> | <b>3.941</b> | <b>100</b> | <b>57</b> | <b>100</b> | <b>4.287</b> | <b>100</b> | <b>67</b> | <b>100</b> | <b>4.762</b> | <b>100,0</b> | <b>71</b> | <b>100</b> |

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

\*As capitais dos estados e as cidades designadas como “áreas de segurança nacional” não elegeram prefeitos em 1982. Para essas 201 áreas, foram realizadas eleições especiais em 15 de novembro de 1985.

### Uma breve conclusão

O cenário político eleitoral do Espírito Santo, no período pós-ditadura, se iniciou com a dominância quase absoluta das duas agremiações gigantes – PMDB/PDS - com vantagem do PMDB. Em 1986, o PMDB alcançou seu apogeu, sendo vitorioso em quase todos os Estados, tanto no executivo quanto no legislativo.

A hegemonia dos peemedebistas começou a se esvaír com o fracasso na condução da política econômica e no combate à inflação. Além disso, o PMDB não encontrou um elemento que pudesse mantê-lo unido, como fôra a bandeira da redemocratização, levando a uma série de dissidências no partido e a uma fragmentação partidária e ideológica no cenário político capixaba. Associado a isso, a vitória de Collor, em 1989, e o conseqüente reordenamento do Estado brasileiro em direção ao neoliberalismo, levaram o PMDB a uma grande perda de identidade, uma vez que a Constituição de 1988 havia sido construída com a cara daquele PMDB de Ulysses Guimarães, humanista e cidadão, defensor das liberdades democráticas e do estado de direito, baluarte da igualdade entre os homens, adjetivos incompatíveis com as perspectivas mercadológicas da ideologia neoliberal.

Correndo por fora estava o PT que, em 1985, conseguiu uma boa posição entre os eleitores, colocando Vitor Buaz em segundo lugar na eleição da capital capixaba, já marcando uma boa aceitação junto à classe média. Depois, em 1986, obteve bons resultados no legislativo estadual e conquistou uma cadeira na Câmara Federal. Em 1987, uma outra experiência: a eleição de Magno Pires como prefeito de Vila Velha, com 20% dos votos do eleitorado do município. Em 1988, o PT venceu as eleições na Capital desbancando o então imbatível PMDB, detentor da maioria das prefeituras do

Estado e que começava a entrar num período de decadência, mas que ainda exercia o papel de liderança na Assembléia Nacional Constituinte. No novo cenário que se instaurava no início dos anos 1990 saiu de cena o partido até então dominante e com isso se instaurou uma grande fragmentação partidária; o principal destaque do momento é o crescimento eleitoral dos petistas, que chegaram, inclusive, a ocupar o Governo do Estado. Mas este é tema para uma outra reflexão.

## Referências

AZEVEDO, Cloves Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, oct., ano/vol. 19, n° 056. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil p. 75-93, 2002.

CHAIA, Vera. *Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política*. In. RUBIN, Antônio Albino Canelas. *Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimir L.. *Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral*. Série Estudos n° 100, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1998.

KINZO, Maria D’Alva. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. 1993.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano*. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, Carolina Julia. *Partido dos trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana*. Monografia. Vitória: 2001.

POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo: Editora Brasil Urgente. 1990

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa*. Vitória: CST, 2005.

RUBIM, Antônio Canelas. *Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004.

VIEIRA, José Eugênio. *A história político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*. Vitória: Vida Editora, 1993.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Doutor em História e Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>3</sup> Lei Falcão (Lei nº6.339, de 01/07/1976), decretada após pesquisas realizadas pelo SNI que demonstraram que o MDB era particularmente forte nas áreas urbanas concentradas basicamente no centro e no centro-sul do país que restringiu as campanhas no rádio e na televisão. O Pacote de Abril (Emenda Constitucional nº8, de 14/4/1977), instituiu a bizarra figura do senador biônico para as eleições de 1978. Além disso, o Pacote de Abril aumentou a proporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados dos estados do Norte e Nordeste, onde a ARENA tinha um melhor desempenho.

<sup>4</sup> Em virtude da ausência de fontes primárias acerca da história política recente do ES, foram utilizados, no presente trabalho, diversos tipos de fontes primárias. Dentre elas se destacam jornais e periódicos. Diante do grau de parcialidade das mesmas, teve-se o cuidado de coteja-las seletivamente face as circunstâncias de relevância política.

<sup>5</sup> As eleições que ocorreriam em novembro de 1982 seriam escolhidos, além do governador, representantes para os cargos de vereador, prefeito, deputados estaduais, deputados federais e senador. A população só não iria às urnas para escolher o presidente, fato que só viria a ocorrer em 1989; e para prefeitos de capitais, consideradas áreas de segurança nacional cujos pleitos se realizariam em 15 de novembro de 1985.

<sup>6</sup> TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.05-06, fev. 1982.

<sup>7</sup> A ARENA, que antecedeu ao PDS sempre esteve muito longe de ser um partido homogêneo no Espírito Santo. Os conflitos entre os principais líderes do Partido se acirraram no ano de 1978, no momento da escolha de João Batista Figueiredo para a sucessão presidencial que ocorreria no ano seguinte. Esta escolha dividiu grandemente a ARENA capixaba, fato que, segundo Maria D'Alva Kinzo (1993), também ocorreu a nível nacional. Outra questão que sempre trouxe muitas discordâncias na ARENA capixaba era a disputa pela Prefeitura de Vitória, que durante o Regime Militar tinha o prefeito indicado pelo governador por ser considerada área de segurança nacional. A leitura de diversas fontes nos leva a entender que a nomeação do Prefeito da capital era uma forma de acomodar as divergências da própria ARENA, fato que gerava muitos conflitos. Isso por que a administração da capital foi sempre um grande meio de promoção política. Em 1978 o então Governador Elcio Álvares exonerou Setembrino Pelissari e colocou em seu lugar como Prefeito seu fiel auxiliar Wander Bassini. Problemas como esses desencadearam muitas polêmicas e saída de vários arenistas, dentre eles, Gerson Camata.

<sup>8</sup> Os conflitos internos do PMDB foram visíveis desde a sua fundação. Inclusive, esta constatação levou à assinatura da “Carta de Brasília”, ocasião em que todos os candidatos do PMDB a governadores firmaram um pacto de continuar no PMDB depois das eleições que ocorreriam em 15 de novembro de 1982. O então candidato ao Governo no Espírito Santo, Gerson Camata também se comprometeu a segui-la. A ruptura explícita e definitiva entre Max Mauro e Gerson Camata será mais bem abordada à frente.

<sup>9</sup> Outros fundadores do PT no Espírito Santo, alguns dos quais membros do primeiro diretório foram: Brice Bragrato, João Carlos Coser, Iriny Lopes, Magno Pires, Carlos Alberto Peixoto Lobo, Ângelo Pim, Floriano Vieira da Silva, Gilberto Álvares dos Santos, José Aguilar Dalvi, Aldemindo Gonçalves Pereira, dentre outros.

<sup>10</sup> Lula chama de fascista a Campanha do Voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1982.

<sup>11</sup> Acerca da utilização do medo como “estratégia de persuasão” promovida por determinados candidatos para convencer o eleitor a votar contra Luiz Ignácio Lula da Silva e contra candidatos do PT, veja: CHAIA (2004).

<sup>12</sup> Candidato do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

<sup>13</sup> Candidato do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

<sup>14</sup> Perly Cipriano iniciou sua militância no campo da esquerda em 1960, no Partido Comunista. Depois fez parte da dissidência que deu origem a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo que era liderado pelo jornalista Carlos Mariguela, morto em uma emboscada preparada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Depois de ter cumprido pena de dez anos como prisioneiro político, Perly Cipriano foi libertado em dezembro de 1979, quando veio para o Espírito Santo.

<sup>15</sup> O Jornal A Gazeta, do dia 1 de agosto de 1982 publicou uma matéria em que noticia que o discurso proferido por pelo candidato peemedebista Gerson Camata teria sido gravado por Antônio Carlos Garcia, assessor de Leni Alves de Lima, Prefeito de Afonso Cláudio, que teria entregado para Eurico Resende que enviou ao Senador Dirceu Cardoso e ao SNI.

<sup>16</sup> No dia 07 de outubro saiu uma matéria em A Gazeta em que Vicente Silveira, ex-Presidente da Assembléia Legislativa, candidato ao Senado, e membro do grupo de Élcio Álvares revelou: “antes da convenção do PMDB, participei, através de alguns amigos lá, da indicação do Deputado Gerson Camata. Fiz isto por que acredito que naquela agremiação ele teria mais condições de, sendo eleito, contribuir para a formação democrática”. O apoio explícito à candidatura Camata ocorreu com o lançamento do seu jornal de campanha, em que numa matéria na sua primeira edição, o ex-governador Élcio faz duras críticas à Eurico Rezende.

<sup>17</sup> Carlito afirma que Camata é um candidato à direita do PDS. A Gazeta, Vitória, p.05, 02 out. 1982.

<sup>18</sup> Camata acha que o governo o processa por temer eleições. A Gazeta, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

<sup>19</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Partido dos Trabalhadores: resoluções de Encontro e congressos 1979 - 1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 119.

<sup>20</sup> Lula chama de fascista a campanha do voto útil. A Gazeta, Vitória, p.02, 04 jul. 1982.

<sup>21</sup> O Governador eleito Gerson Camata havia renunciado ao governo do Estado para se descompatibilizar e concorrer, com sucesso, ao senado em 1986. Assumiu em seu lugar o vice José Morais.

<sup>22</sup> Moulin garante apoio à Max. A Gazeta, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

<sup>23</sup> Morais não participa da campanha eleitoral de Max. A Gazeta, Vitória, p.01, 09 de julho de 1986

<sup>24</sup> Eram eles: Emir de Macedo Gomes, Jorge Devéns, João Miguel Feu Rosa, Alício Franco, Jorge Daher, Antônio Moreira e Luiz Gonzaga Borges.

<sup>25</sup> Além dos já citados, outros importantes nomes que ajudaram a fundar o PFL no Espírito Santo: Enivaldo Euzébio dos Anjos, Ricardo Ferraço, José Tasso, Dilo Binda, José de Oliveira Serra, Waldir Durão, Adalton Martinelli, Carlos Magno Pimentel, João Batista Novais, Luiz Buaiç, dentre vários outros.

<sup>26</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Partido dos Trabalhadores: resoluções de Encontro e congressos 1979 - 1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 152.

<sup>27</sup> Villaschi crê que eleitor saberá julgar o PMDB. A Gazeta, Vitória, p.02, 16 jul. 1986.

<sup>28</sup> Villaschi ressalta constituinte. A Gazeta, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

<sup>29</sup> Villaschi ressalta constituinte. A Gazeta, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

<sup>30</sup> O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 25 de março de 1922. Poucos meses depois foi posto na ilegalidade, retornando somente em 1945. Em 1947, durante o governo Dutra, é colocado novamente como ilegal, passando a agir na clandestinidade. No início dos anos 60, após a queda de Stalin, houve uma dissidência no Partido, fazendo surgir o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Durante o Regime Militar, parte de seus quadros se alojaram no MDB Essas duas agremiações (PC do B e PCB) só voltaram a atuar na esfera institucional em maio de 1985.

<sup>31</sup> Moreira: Élcio tenta reerguer o anticomunismo. A Gazeta, p. 02, 06 nov. 1986; PFL é apoiado por magnatas. A Gazeta, p. 02, 05 de nov. 1986.

<sup>32</sup> Ibope: 77% dos capixabas não sabem em quem votar. A Gazeta, p. 05 jul. 1986; Partido de preferência é o PMDB. A Gazeta, p. 05 jul. 1986.

<sup>33</sup> No dia 13 de dezembro de 1987 foram realizadas eleições majoritárias em Vila Velha para ocupar o cargo de prefeito somente durante um ano, pois aqueles que desejassem se candidatar nas eleições de 1988 tinha que descompatibilizar, foi o que fez o Prefeito de Vila Velha, deixando o cargo vago.

<sup>34</sup> Com a cassação da candidatura de Loureiro, o PDS passou a compor Frente Democrática Capixaba, em apoio ao Candidato Albuíno Azeredo.

<sup>35</sup> A equipe de marketing montada pelo candidato Albuíno contou com profissionais de ponta deste setor que eram conhecidos nacionalmente, como por exemplo: Francisco Pontes, ex-secretário da administração Ciro Gomes em Fortaleza; Ariosto Teixeira, oriundo da redação do Jornal O Estado de São Paulo; Armando Mendes, ex-membro da equipe de economia do Jornal O Estado de São Paulo; José Bertoni, trazido do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), dentre outros.

<sup>35</sup> O TRANSCOL foi criado no Governo Max Mauro (1987/1990) e trata-se de um sistema de transporte coletivo que integra, por intermédio de terminais, os municípios da Grande Vitória.